

Encontro anual de  
**INICIAÇÃO**   
**CIENTÍFICA DA UNESPAR**

**ENTRE A POLÍTICA E A RELIGIÃO: REPRESENTAÇÕES DA MULHER NA IMPRENSA  
CATÓLICA DO NORTE DO PARANÁ**

Gessica Aline Silva (PIC, CNPq)  
Unespar/Campus, gessica58@hotmail.com  
Frank Antonio Mezzomo (Orientador)  
Unespar/Campus, frankmezzomo@gmail.com  
Cristina Satiê de O. Pátaro (Co-orientadora)  
Unespar/Campus, crispataro@gmail.com

**RESUMO:** A presente pesquisa contou com o objetivo investigar as representações da mulher no jornal Folha do Norte do Paraná, no ano de 1976, considerando seu envolvimento com as instituições políticas e religiosas. A partir da leitura e tabulação das edições do periódico, procurou-se identificar os valores, comportamentos e modelos de conduta associados à figura feminina. A análise teve por base o contexto do ano de 1976, marcado por intensas transformações socioculturais, em particular daquelas relacionadas às discussões elencadas pela organização do movimento feminista brasileiro, além, certamente, dos posicionamentos assumidos pelos sujeitos e instituições que produziam o jornal no que pese à sua vinculação com a Igreja Católica. Além destes aspectos, vivencia-se ainda intenso crescimento urbano paranaense e a realização de eleições municipais. Assim, pode-se verificar a defesa de representações tradicionais da mulher, como mãe e esposa, ao passo que as mulheres, cada vez mais, lutavam e, em determinados casos, alcançavam novos espaços de inserção no âmbito público, seguindo, por exemplo, uma carreira política.

Palavras-chave: Mulher. Jornal. Política.

## **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa teve por objetivo investigar as representações da mulher no jornal Folha do Norte do Paraná no ano de 1976. A partir deste objetivo, buscou-se verificar os diferentes modelos de conduta, valores e comportamentos que eram associados à figura feminina no período, marcado por intensas transformações socioculturais, em particular daquelas relacionadas às discussões de gênero, além, certamente, dos posicionamentos assumidos pelos sujeitos e instituições que produziam o jornal no que pese à sua vinculação com a Igreja Católica.

A segunda metade do século XX é, portanto, elemento constituinte do cenário da pesquisa, uma vez que, além de situar seu recorte temporal, também marca uma série de mudanças e aberturas nas pesquisas historiográficas. Essas novas configurações levantaram, entre outros, os questionamentos sobre a legitimidade do sujeito universal da historiografia positivista, que raramente contemplava uma diversidade de temas e problemas de

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

investigação, entre os quais as mulheres, e propunham a construção de uma história das mulheres – como reivindicavam, as feministas –, além, obviamente, dos movimentos historiográficos em desenvolvimento, tais como aqueles ligados ao movimento dos *Annales*, ao estruturalismo, às abordagens culturais.

Na esteira das mudanças de paradigma, formularam-se, aos poucos, alguns conceitos chave, dentre os quais o conceito gênero, segundo o qual o feminino passa a ser entendido não como dado ou natural, mas sim como uma construção cultural e relacional (SCOTT, 1994). O gênero, dessa forma, é considerado um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos, sendo uma forma primeira de significar as relações de poder (SOIHET; PEDRO, 2007). Assim, a escrita de uma história feminista vem acompanhada de uma crítica à forma como a história era narrada, tornando-se um “lugar de produção do saber de gênero” (PEDRO, 2005, p. 87).

A partir de compreensões teórico-metodológicas como o entendimento do jornal enquanto um veículo formador de opinião, foram adotados alguns procedimentos para a realização da pesquisa, a saber: estudos bibliográficos; leitura e identificação das matérias do jornal que fazem menção à mulher, ou seja, um recorte do tema; tabulação e análise do conteúdo, seleção das matérias, classificação temática e descrição de sua localização no jornal<sup>1</sup> (CAVALCANTE, 2002).

As matérias identificadas no jornal foram tabuladas identificando-se informações como: autor da matéria, título, descrição, entre outras informações. Especificamente ao ano de 1976, objeto dessa investigação, foram lidas 2.335 imagens digitalizadas, referentes às páginas do jornal, nas quais foram identificadas 510 matérias que mencionavam a mulher. Assim, para a discussão de tais dados, foram selecionados os assuntos mais recorrentes ou relevantes identificados em quatro eixos temáticos, sendo eles: “Universo feminino”; Família e Igreja Católica; Política; Violência.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **“Universo feminino”**

---

<sup>1</sup> Convém destacar que esta investigação está vinculada a pesquisas mais amplas desenvolvidas junto ao grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder (<http://www.fecilcam.br/culturaepoder/>), das quais participam outros acadêmicos de Iniciação Científica e alunos de Mestrado.

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

Neste eixo reunimos as matérias, notas, reportagens e anúncios publicitários que abordam temas que eram associados ao “universo feminino”, ou seja, a maternidade, as fofocas e os eventos sociais, como encontro de senhoras, recepções, comemorações nos clubes e eventos filantrópicos. Essas temáticas parecem enaltecer ou confirmar o que se esperava das mulheres, uma vez que, como argumenta Cunha (2001) sobre as mulheres da década de 1960, “as mulheres são definidas a partir dos papéis sociais femininos tradicionais (principalmente mães, donas de casa e esposas) e das características ‘próprias das mulheres’ englobadas no termo ‘feminilidades’ (pureza, doçura, resignação, instinto materno, etc.)” (CUNHA, 2001, p. 202). Todavia, acredita-se que as representações do “universo feminino” encontradas no jornal passam, cada vez mais, a agregar e apontar para novos espaços e modelos de conduta para as mulheres da década de 1970.

As colunas sociais são responsáveis por 296 menções à mulher, veiculando matérias, fotos e textos sobre aniversários, casamentos, festas, bailes, organização de eventos beneficentes, reuniões nos clubes, entre outras atividades da sociedade de Maringá e região. Esses conteúdos aparecem em páginas como Vitrine, Verdade e Joel Cardoso Repórter (dividida em colunas como Gente e Notícia, Fatos Sociais, Destaques do dia, Clubes, entre outras), assinadas, respectivamente, por Jorge Fregadolli, Elpidio Serra e Joel Cardoso.

Exemplos dos conteúdos das colunas sociais são as matérias do dia 28 e 29 de maio, que mostra as fotos de eventos como bailes, festa e o carnaval, como demonstram as imagens 1 e 2. Essa participação das mulheres em eventos sociais, indicam o crescimento da presença feminina no espaço público. Para além disso, apontam o aumento da liberdade gozada por elas, derivada, possivelmente, da organização significativa do movimento feminista brasileiro e das discussões sobre a condição feminina impulsionado pela comemoração do Ano Internacional da Mulher em 1975 (SARTI, 2004).

Nesse sentido, a leitura do jornal apontou para um significativo número de notícias sobre mulheres envolvidas na organização de atividades cujo fim é a caridade. Foi um total de 19 menções que têm por conteúdos: notícias de campanhas de caridade organizadas por figuras de destaque social como as primeiras-damas municipais, ou ações de Instituições filiadas ou mesmo da própria Diocese de Maringá promovendo eventos beneficentes coordenados por mulheres, além da apresentação de algumas matérias defendendo e elogiando as doações ao próximo. Um exemplo deste conteúdo pode ser observado na

## Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

imagem 3, que veicula a matéria “SOS agradece a diaconia”. O texto destaca a ação de uma associação de mulheres em prol de pessoas de baixa renda. A partir desta ilustração, podemos observar que as mulheres, em geral, eram as organizadoras desses eventos filantrópicos, sendo na maioria das vezes, identificadas pelas notas do jornal, por meio da citação de seus nomes ou pelo uso da fotografia de seus rostos.



**Imagens 1, 2 e 3:** Edição do jornal Folha do Norte do Paraná (28/01/1976; 29/01/1976; 28/04/1976).

O envolvimento feminino com a filantropia parece motivo de orgulho, ganhando sempre grandes espaços nas colunas sociais, com títulos em caixa alta, posicionamento em local privilegiado da página e muitas fotografias. Todo destaque dado a tais ações acaba por associar a caridade e o cuidado à figura da mulher, enaltecendo uma característica que em geral é a ela atribuída, a vocação natural para maternidade. Entretanto, seguindo a argumentação de Tania Andrade Lima sobre as mulheres do século XIX, essas cerimônias sociais acabam se transformando em trampolim para conquista tanto no espaço doméstico como na arena pública, construindo um poderoso campo de ação, possibilidades e plataforma para novos papéis sociais que as mulheres poderiam assumir (LIMA, 1997, p. 111).

Os anúncios publicitários, por sua vez, reúnem 29 propagandas de produtos como artigos para casa, agência bancária, livros, financiamentos, relojoaria e restaurante, além de 17 classificados do jornal localizados, em geral, na segunda página. Dentre os anúncios, 17 são os que ofertam vagas de empregos em funções como manicure, doméstica, cozinheira, vendedora, auxiliar de escritório, enfermeira e vendedora na seção de peças de uma mecânica. Assim, é possível apontar o anúncio do dia 18 de abril, cujo conteúdo convoca as mulheres que desejam proclamar sua independência financeira a comparecer na sala de reunião de um hotel da cidade, para conhecer uma empresa de perfil estável e que oferece muitas vantagens

## Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

para seus empregados. Como pode ser observado na imagem 4, o slogan propagandeia que a mulher poderia obter uma exitosa carreira profissional e independência econômica.



**Imagens 4 e 5:** Edição do jornal Folha do Norte do Paraná (18/04/1976; 25/04/1976).

No entanto, se por um lado a mulher parece estar cada vez mais independente, por outro lado, as representações tradicionais da mulher ainda repercutem no jornal, como ilustra a imagem 5, que traz ilustração da mulher enquanto mãe e esposa, associando suas figuras a produtos domésticos, como o fogão, ferro elétrico, máquina de lavar roupa, entre outros. As propagandas, assim, sendo um dos meios divulgadores de cultura, propõem que o consumidor se identifique com o produto e com determinados modelos que reforçam “identidades”, que na maioria das vezes, associa-se a formulações de gênero e sexualidade (BELELI, 2007).

Assim, a partir dos conteúdos reunidos neste eixo, pode-se observar que a ideia de um “universo feminino” em sintonia, no qual prevalece o ideal do feminino enquanto responsável pelo casa e filhos, cujo destino final é o casamento, parece compartilhar espaço com uma representação da mulher trabalhadora, que concilia sua profissão, os cuidados com a família e as ações de caridade.

### **Família e Igreja Católica**

Esse eixo de análise reúne os conteúdos que discorrem sobre o papel a ser desempenhado pela mulher no ambiente familiar. Se no eixo anterior foi possível considerar que o gênero feminino, cada vez mais, era associado de diferentes formas à carreira profissional e ao espaço público, neste eixo visualiza-se a maneira como a Igreja Católica representa e orienta o posicionamento feminino dentro da família, bem como dentro da própria instituição religiosa.

## Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

As matérias, notícias e notas veiculadas pertencem, em geral, às colunas Reconstruir o Mundo, Folha do Norte às Ordens, ou a texto assinados por padres e, algumas vezes, a matérias do editorial do periódico. Suas pautas, na maioria das vezes, são explicações doutrinárias, orientações e conselhos destinados à mulher.

As discussões sobre a participação da mulher na Igreja Católica, sobretudo na hierarquia eclesiástica, não são recentes. Todavia, sua relação com o sagrado também não é novidade: representações de mulheres nas narrativas bíblicas são recorrentes desde Eva a Maria. Dentre essas representações atreladas a argumentações de grande parte do Magistério da Igreja, podemos destacar as discussões propostas por Santo Agostinho, no século IV, e São Tomás de Aquino, no século XIII, que contribuíram para formulação da figura masculina ligada à razão, e a feminina às paixões. Assim, “as ideias que permearam o clero cristão sempre atribuíram às mulheres o caráter de fonte poluidora em função de seu corpo, ainda que no mesmo fosse atribuída a vida” (BASSINI, 2011, p. 2).

Além destas discussões, cabem outras ao redor dos males que atentam as famílias e os casamentos. Um exemplo é a publicação de documentos oficiais como a “*Familis Consortio*”, de 1982, que aponta para os sinais da degradação de valores fundamentais da família, refletidos em fatores como o aumento dos divórcios, abortos e a instalação de uma mentalidade contraceptiva, todas, em grande medida, associada à mulher. Ainda em 1968, a encíclica *Humanae Vitae*, de Paulo VI, condenava a adoção de métodos contraceptivos, numa clara repreensão ao domínio e cuidado com o corpo da mulher.

Assim, de acordo Joana Maria Pedro (2003) em uma pesquisa sobre a adoção de contraceptivos no Brasil, é preciso considerar o contexto de entrada dos contraceptivos no país para fins de controle populacional e da ameaça comunista, ou seja, como uma política do estado para controle populacional. Deve-se, ainda, atentar para o posicionamento da Igreja Católica, como apontam os documentos já apresentados, e a própria posição do movimento feminista da década de 1970, que desestimulava o uso de anticoncepcionais, principalmente em publicações no jornal “Brasil Mulher” (PEDRO, 2003). Com base nessas questões, pode-se observar o afinamento das discussões religiosas em torno do controle legal da natalidade, publicadas pelo Magistério da Igreja com as matérias publicadas pelo jornal, fonte de nossa pesquisa.

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

Neste contexto destaca-se a publicação da “Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé Declaração sobre alguns pontos da ética sexual”, veiculada no jornal Folha do Norte do Paraná no dia 13 de fevereiro de 1976. Este texto apresenta a importância atribuída à sexualidade, apontando que a Igreja não pode se silenciar sobre tal assunto. O documento defende, ainda, as relações sexuais restritas ao âmbito do matrimônio, condena a homossexualidade, considerada uma inadaptação social e doentia, e, além disso, proíbe e condena a prática da masturbação, posicionando-se contrária às teorias que a colocam como naturais do desenvolvimento sexual. Por fim, conclui que a caridade e a castidade são fundamentais para a manutenção da moral cristã. Assim, pode-se verificar, por meio das matérias identificadas, os ecos da investida da Igreja Católica, na segunda metade do século XX, sobre a organização familiar, sobre o casamento e a sexualidade (CARVALHO, 2001). Segundo a autora, esse movimento da Igreja surge como resposta às intensas modificações sociais e culturais iniciadas, ainda, na década de 1950.

Um exemplo da posição assumida por membros ligados à Igreja diante do contexto apresentado pode ser observada nas matérias “Filho Programado” do dia 08 de Abril, e o texto “Recém-casados e... Planejando os filhos”, assinado pelo Pe. Zezinho e veiculada no dia 24 de setembro de 1976. O primeiro texto, de autoria de Wilson José, apresenta uma série de situações fictícias sobre a gravidez, argumentando que a chegada de uma criança esperada, amada e desejada seria a condição ideal, tanto para os pais quanto para a criança, e que, se a situação fosse contrária, o futuro dessa criança encontraria dificuldades pela falta de planejamento e estrutura para receber um bebê, que nasce do acaso. Nota-se que, mesmo ao tratar de uma gravidez indesejada, o aborto não é colocado como possibilidade, pois como afirma o texto: “uma criança nasce. Nasce como um fruto do acaso, ou como um fruto programado e desejado” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1976, p. 9).

O segundo texto adverte os casais que resolvem esperar uma situação de estabilidade para ter filhos, dizendo que o casal deve sim ter condições para ter um filho, mas que tais condições não são socioeconômicas. A matéria alerta, por fim, que “muitas infidelidades ou desquites começaram à beira de um berço vazio, onde por opção dele ou dela ou dois, a vida não veio porque seria muito incômoda...” (FOLHA DO NORTE, 1976, p. 22).

Ainda sobre o casamento, foram encontradas as matérias “Casais Felizes”, do dia 6 de abril, que traz algumas qualidades necessárias para uma boa vida matrimonial, como amor,

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

intimidade, perdão, compreensão, diálogo, maturidade, contemplação e equilíbrio psíquico, e o edital do dia 12 de março, intitulado “O Casamento”, que argumenta sobre a importância da preparação dos casais antes do matrimônio, afirmando que:

Ninguém ignora que o relacionamento entre marido e mulher tem os seus atritos. São dois seres humanos, sujeitos a divergência e desequilíbrio emocionais. Mas se eles se casam por amor, então devem querer que sua união seja permanente. Contudo, só conseguirão superar os obstáculos se estiverem devidamente preparados. O que está faltando não é, portanto, qualquer fórmula para separar casais, mas a generalização da "vacina" contra os perigos que eles vão enfrentar ao longo da vida a dois (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1976, p. 3).

Para finalizar, o texto adverte para a necessidade da discussão não do divórcio, mas sim dos mecanismos de preservação do casamento. Vale lembrar que a legalização do divórcio no Brasil é datada do ano de 1977, de modo que as discussões, como a ilustrada acima, apontam para a preocupação com a manutenção de um dos mais importantes sacramentos da Igreja, o Matrimônio.

### **Política**

O contexto político da década de 1970 é um ponto ao qual deve se atentar, uma vez que, de acordo com Adriano Codato (2005), entre os anos de 1974 e 1979 o regime militar, sob o comando de Ernesto Geisel, passaria por uma fase de transformação, ou seja, de abertura e restituição, ainda que velada, de algumas liberdades políticas e civis (CODATO, 2005, p. 83). Inserida nesta conjuntura os municípios brasileiros realizaram, em 15 de novembro de 1976, as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores. Imbuído neste panorama, o presente eixo agrupa os conteúdos que noticiam e opinam sobre a inserção da mulher na política, particularmente na região norte do Paraná.

Assim, é válido destacar a luta e as discussões sobre a inserção feminina na política, que até a atualidade não se encontra totalmente consolidada, uma vez que o número de candidatas nas eleições e nos governos continua mínimo, demandando inclusive a fixação mundial do número de mulheres nos assentos parlamentares e a implantação de cotas partidárias para mulheres (ALVARES, 2014). No caso brasileiro, as cotas femininas foram um ponto de discussão, ainda neste ano, durante as proposições da reforma política, a qual

## Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

fixou o número de 10% das vagas no legislativo para as mulheres, diferente da reivindicação de 30% das vagas<sup>2</sup>.

Durante séculos, portanto, a mulher achava-se presa ao domínio do privado e, por isso, na maioria dos casos, afastadas do exercício do poder político. Assim, mesmo sem dispositivos constitucionais que excluíssem o voto feminino no Brasil Império (1822-1889), nenhuma mulher exercia esse direito. Ainda, segundo Maria Laura Vázquez (2014), o próprio conceito “mulher” estaria sendo constituído durante o século XIX, principalmente durante as discussões das constituintes de 1822 e a primeira republicana, a de 1890-1891. Neste período, duas visões predominavam, a primeira da mulher como biologicamente frágil, afetivamente forte, responsável pela moral familiar e débil para a política. A segunda, sustentada pelos deputados que defendiam dos direitos políticos femininos, argumentavam que, apesar das diferenças físicas e biológicas, poderia haver igualdade política entre os sexos (VÁZQUEZ, 2014).

A reivindicação pelo voto feminino, portanto, principalmente por intermédio do movimento sufragista, levantava na sociedade uma preocupação com seus efeitos, pois o comportamento esperado das “mulheres eleitoras” poderia comprometer os papéis que elas desempenhavam no casamento e na maternidade. Sendo assim, o voto feminino garantido por lei, no Brasil, foi admitido somente no ano de 1932 (ALVARES, 2014).

A participação da mulher no processo eleitoral do ano de 1976, ao que parece, ainda não era consenso. Assim, algumas matérias encontradas no jornal indicam que seu envolvimento nas campanhas era um fato de importância, como ilustra a matéria de capa do dia 27 de julho intitulada “Donas de Casa entram na campanha dando apoio entusiástico a Said”. Além das fotos, que podem ser observadas na imagem 7, o corpo da notícia informa que o encontro contou com a participação de líderes de bairro que se reuniram para ouvir o programa político para a família do então candidato. O texto ressalta, ainda, a organização política dessas mulheres para atuarem de forma ativa nas campanhas, pois seria essa hora das mulheres se colocarem como “um novo fator de influência na política local”. Ao final da redação destaca-se a fala de uma candidata a vereadora, dizendo que: “nós somos pessoas esclarecidas, sabemos o que queremos e vamos mostrar que chegou a vez de as famílias terem

---

<sup>2</sup> Informação disponibilizada na internet pela Agência do Senado. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/21/bancada-feminina-exige-cota-para-mulheres-na-politica>. Acesso em: 29 jul. 2015.

**Encontro Anual de Iniciação Científica  
da Unespar**

uma força verdadeira na administração pública” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1976, p. 1).



**Imagem 7:** Edição do jornal Folha do Norte do Paraná (27/07/1976).

Como argumenta Marcelo Ridenti (1990), a movimentação das mulheres no contexto político do período da ditadura no Brasil compreendeu desde uma postura mais extremada, com a adesão às novas esquerdas, até, por exemplo, movimentos de mães, esposas e irmãs que protestavam em favor de seus familiares, caso que se aproxima da matéria apresentada pelo jornal Folha do Norte Paraná.

Além desta, a coluna O cotidiano – assinada por A. A. Assis, e que geralmente publicava assuntos relacionados à política –, dedicou dois espaços para noticiar sobre a eleição municipal em Maringá (1976) e a candidatura feminina. Na primeira nota, do dia 15 de maio, afirma que, se as mulheres votassem em suas companheiras, muitas delas seriam eleitas, porém este não era o caso. Na segunda, veiculada no dia 16 de maio, noticia-se a ocasião do lançamento da candidatura de uma mulher a vereadora da cidade de Maringá, destacando que o discurso que inaugurou sua campanha foi oportuno e demonstrou que a voz da mulher começava a influir na política partidária.

Neste mesmo sentido, a nota presente na coluna Verdade – assinada por Elpídio Serra, que veiculava conteúdos sobre a política da região – especula que:

A campanha política está aí. E aí a gente pode perguntar: onde está a mulher? Ninguém disse que vereador, prefeito e vice-prefeito "é coisa pra homem". Se disse, não foi ouvido. Pelo menos em outras cidades onde muitas mulheres estão anunciando até metas administrativas e legislativas. Em Maringá, até agora, política está sendo quase que assunto proibido para elas. Talvez por uma questão de preconceito (FOLHA DO NORTE, 1976, p. 13).

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

A partir deste trecho, é válido mencionar que as eleições em Maringá, ocorridas em novembro de 1976, contaram com a candidatura de 6 candidatos ao executivo e 114 vereadores disputando 21 vagas na Câmara Municipal. Esta campanha eleitoral contou, ainda, com o lançamento de algumas candidatas mulheres, sendo uma delas eleita. No entanto, apesar da repercussão no jornal, o envolvimento de mulheres na política maringaense já ocorria anos antes, como quando em 1968 a cidade elegeu sua primeira vereadora<sup>3</sup>.

Nas eleições de 1976, Maringá contou, portanto, com as candidaturas de Maria de Lurdes Santos, que obteve 345 votos; Mirna Leda da Luiz de Proença, com 339 votos. Ambas ficaram no 29º e 30º lugar para suplência dentro do partido da Aliança Nacional Renovadora (ARENA). Já Lizete Ferreira da Costa obteve 853 votos, conseguindo uma das vagas no legislativo municipal. É possível afirmar que o desempenho feminino, portanto, foi expressivo, uma vez que a média de votação dos candidatos homens era de 1250 votos<sup>4</sup>. Assim, por meio destes dados e dos conteúdos encontrados no periódico pode-se afirmar que a participação feminina na política dos anos 1960 e 1970 pode ser tomada como um indicativo das “rupturas iniciais” com o que até então era designado como próprio das mulheres, questionando a tradicional hierarquia de gênero (GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007).

### **Violência**

O eixo Violência compreende um número de 37 matérias que faziam menção às mulheres, localizadas e distribuídas em diferentes páginas do periódico e, em geral, sem um assinante. Os assuntos envolvidos são notícias sobre agressão de maridos e filhos para com suas esposas e mães, mulheres envolvidas em delitos, acidentes e suicídios, além de notícias relacionadas ao fechamento de prostíbulos e repreensões públicas as prostitutas. Como exemplo, a notícia do dia 16 de janeiro (imagem 8) aborda o fechamento da Zona do baixo Meretrício, apontando que o motivo para essa ação policial era o crescimento da cidade na direção deste espaço, que passou a ser um esconderijo de delinquentes, determinando que os donos de bares, casa e boates devem fechar seus estabelecimentos. Ao final do texto, mostra-

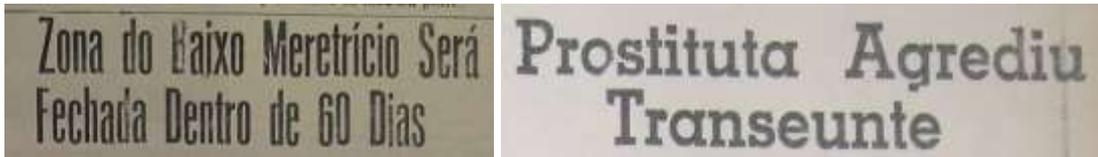
---

<sup>3</sup> Informação disponível no site da Câmara Municipal de Maringá. Disponível em: [www.cmm.pr.gov.br?inc=outraslegis](http://www.cmm.pr.gov.br?inc=outraslegis). Acesso em: 29 jul. 2015.

<sup>4</sup> Números retirados no site da Câmara Municipal de Maringá. Disponível em: [www.cmm.pr.gov.br?inc=legislatura07](http://www.cmm.pr.gov.br?inc=legislatura07). Acesso em: 29 jul. 2015.

**Encontro Anual de Iniciação Científica  
da Unespar**

se que a medida seria positiva para os proprietários, que presenciariam a valorização dos seus imóveis.



**Imagens 8 e 9:** Edição do jornal Folha do Norte do Paraná (16/01/1976; 16/01/1976).

Outro exemplo de conteúdo que se refere à prostituição é o caso ilustrado pela Imagem 9, que informa sobre a agressão de um senhor por uma prostituta. O texto da matéria veicula informações como o local e horário do ocorrido, nome e idade da vítima e da agressora, destacando que esta estaria embriagada. Além dessas informações, o texto explica que tal situação seria um

reflexo de como está a cidade ultimamente após a extinção da Zona do Meretrício, grandes dificuldades está encontrando a Polícia maringaense no combate a prostituição no centro da cidade, e vários casos envolvendo as mulheres que ficam perambulando pela cidade (FOLHA DO NORTE, 1976, p. 5).

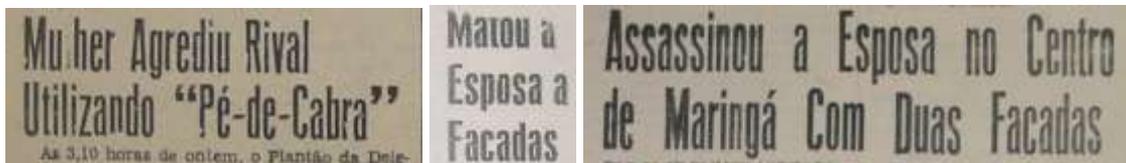
As matérias apresentadas acabam por ilustrar o processo de crescimento da cidade, decorrente em grande parte pelo êxodo rural ocasionado pela mecanização da agricultura, e pelas geadas que devastaram as plantações de café no ano 1975, e aceleram o processo de substituição das lavouras permanentes por culturas altamente mecanizáveis como a soja e milho. Associado ao crescimento urbano, que somente a partir deste período elevava a população das cidades em relação aos habitantes da zona rural, o slogan de uma sociedade ordeira defendida pelos governos ditatoriais contribuiu para a criação de uma espécie de sujeira moral a ser combatida.

Os conteúdos descritos, portanto, apontam para transgressões aos modelos de feminilidades considerados legítimos. Portanto, a representação da mulher enquanto esposa, mãe e dona de casa assexuada encontra no espaço das ruas e praças o perigo de prostituição e da perdição diante do menor deslize (RAGO, 1985). As mulheres que fugiam do padrão doce e recatado, por sua vez, deveriam ser isoladas do convívio social (MEZZOMO; PÁTARO;

## Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

RIBEIRO, 2014). Nesse sentido, a relação entre bons costumes e a limpeza moral referente à prostituição como crime aguçavam ações policiais cujas práticas eram o fechamento de bares e a prisão das prostitutas, cuidados tomados para o afastamento do convívio social das prostitutas, (ZIMMERMANN, 2011).

Além de notícias sobre o combate à prostituição, destacam-se as notas sobre agressões e brigas entre mulheres, como é caso da imagem 10. Entretanto, as matérias que são encontradas com mais frequência são as agressões de maridos as esposas.



**Imagens 10, 11 e 12:** Edição do jornal Folha do Norte do Paraná (08/02/1976; 10/03/1976; 17/06/1976).

Estes crimes passionais, mencionados nas imagens 11 e 12, em geral, têm como motivação o ciúme, como explica o trecho a abaixo retirado da matéria do dia 10 de março (imagem 11), que veicula o assassinato da esposa a facadas pelo seu marido. Segundo o jornal,

O motivo do crime segundo testemunhas, foi ciúmes. Na Água do Uru correm boatos que José sentia pela esposa um ciúme doentio, chegando a deixar seu emprego de guarda urbano em Jandaia do Sul para vigiar a esposa (FOLHA DO NORTE, 1976, p. 13).

A agressividade destes assassinatos recebe grandes espaços e coberturas no periódico. A notícia do dia 17 de junho (imagem 12), além de cobrir o ocorrido, traz informações sobre a vida do casal e uma foto do marido, que justifica o crime dizendo que havia “perdido a cabeça” ao ver a esposa, de quem havia se divorciado há 4 anos, com outro homem.

Assim, as ocorrências destes crimes também são observadas por Yonissa Wadi e Fernanda Ramão (2006), que, ao pesquisarem os processos criminais da comarca de Toledo entre os anos de 1954 e 1979, verificaram que os autos têm características como histórico de desentendimento, em que os envolvidos possuem ou possuíram um relacionamento estável. Além disso, sobressai nas suas pesquisas que, na maioria das vezes, os réus são absolvidos em

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

juízos levados a júri popular, composto, em sua maioria por homens, que em alguns casos se identificam com o acusado, acabando por inocentá-lo (WADI; RAMÃO, 2006). Nesse sentido, por mais que o periódico dê visibilidade aos casos de agressões poucas vezes informa o destino ou fim do caso, salvo em casos graves como assassinatos, os casos de agressões leves, muitas vezes não chegam a se tornar notícia. Assim, o caso da proteção das mulheres contra maridos violentos enfrentou e ainda enfrenta uma grande luta, que, ao contrário do que se possa pensar, não terminou com a instituição da Lei Maria da Penha<sup>5</sup>.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do objetivo de investigar a representação da mulher no jornal Folha do Norte do Paraná no ano de 1976, pode-se acompanhar, por meio do periódico, as discussões acerca da saída da mulher para vida pública e o surgimento de novas possibilidades de participação feminina no mercado de trabalho, que podem ser tributados ao contexto de industrialização e modernização da economia da década de 1970 (RAGO, 1996).

Além disso, o endurecimento da ditadura, como aponta Ridenti (1990), leva as mulheres das maneiras mais diferenciadas a se introduzirem na cena política brasileira, tendo sido estimulada, em grande medida, pela organização do movimento feminista brasileiro nos anos 1970. Esse processo de feminização da esfera pública – o qual, mesmo que lento, pode ser observado no conteúdo identificado no jornal – foi realizado, ao que parece numa trajetória conflituosa de rupturas e continuidades, sendo articulado, como expõe Silvia Yannoulas (2013), aos processos mais amplos mediados pela lógica do capital, que não provocou rupturas definitivas nas relações de desigualdades presentes na divisão sexual das tarefas.

Por fim, foi possível verificar, por meio dos eixos identificados e discutidos, que a presença feminina no espaço público passa a consolidar-se. No entanto, as desigualdades de gênero, as moralidades e algumas representações da mulher permanecem, como demonstram as categorias Feminilidades e Política, ao mostrarem o envolvimento da mulher em atividades social, filantrópicas, políticas, sem, no entanto, deixar de ser considerada a representante e defensora da família e do lar. Nesse sentido, a sessão Violência ilustra a marginalização de

---

<sup>5</sup> A Lei n. 11.340, promulgada em 7 de agosto de 2006 é popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, em referência à luta dessa mulher contra as agressões de seu companheiro. O conteúdo dessa norma diz respeito à criminalização, punição e proteção ao sexo feminino da violência exercida por outrem.

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

profissões e papéis considerados inapropriados ao feminino como a prostituição, violência e criminalidade.

Finalmente, o conjunto de matérias religiosas sobre a família e casamento aponta para a necessidade de defesa e orientação dos cristãos, em especial a mulher considerada estratégica pelo discurso religioso, uma vez que, ela era responsável por levar a palavra para seus filhos e marido, diante dos anseios da modernidade, como o divórcio, as relações livres, o abandono dos sacramentos e a sexualidade. Assim, pode-se dizer, ao que parece, que ao lado do fortalecimento das representações das mulheres em espaços públicos, seja trabalhando, organizando eventos e grupos, e da persistência das mudanças contemporâneas, surge a necessidade de defender, cada vez mais, principalmente, pelos setores conservadores da sociedade a representação feminina de esposa e mãe.

### **REFERÊNCIAS**

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira – quem vota? quem se candidata?. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 43, p. 119-167, 2014.

BASSINI, Marili. Religião e Gênero: a construção da identidade religiosa feminina na perspectiva da história cultural. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 3, n. 9, 2011.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 193-215, 2007.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.

CARVALHO, Maristela Moreira. Sexualidade, controle e constituição de sujeitos: a voz da oficialidade da Igreja Católica (1960-1980). **Esboços**, Florianópolis, v. 7, n. 09, p. 159-180, 2001.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. II Congresso Brasileiro de História da Educação: história e memória da educação brasileira. **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2002.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005.

CUNHA, Maria de Fátima. Homens e mulheres nos anos 1960/1970: uma modelo definido?. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 201-222, 2001.

**Encontro Anual de Iniciação Científica  
da Unespar**

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid; TRINDADE, Zeidi; SANTOS, Maria de Fátima. Mulheres brasileiras e militância política durante a Ditadura Militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. **Revista Interamericana de Psicologia**, Gainesville, v. 41, n. 3, p. 359-370, 2007.

LIMA, Tania Andrade. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 5, p. 97-127, 1997.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; RIBEIRO, Amanda de Souza. Mãe, esposa e dona do lar: representações da mulher no Jornal Folha do Norte do Paraná. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 1-26, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1830 – 1930**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 4, p. 11-43, 1996.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, Joan. Prefácio à Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

VÁZQUEZ, María Laura Osta. Discussões feministas no século XIX. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, n. 6, v. 11, p. 23-38, 2014.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

WADI, Yonissa; RAMÃO, Fernanda Pomplona. Crimes passionais e sistema de justiça: um olhar histórico sobre a comarca de Toledo-PR (1954-1979). **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 301-345, 2007.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. Violência de gênero em jornais e revistas do Oeste do Paraná (1960-1980). **OP SIS**, Catalão, v. 11, n. 1, p. 57-76, 2011.